

A. I. N° - 272041.1133/07-1
AUTUADO - HOTÉIS E TURISMO CASA BLANCA LTDA.
AUTUANTE - PAULO NOGUEIRA DA GAMA
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
INTERNET - 29/02/2008

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0027-03/08

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Imputação elidida, conforme a comprovação dos pagamentos realizados. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/09/2007, refere-se à exigência de R\$4.719,21 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em decorrência de recolhimento efetuado a menos por desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS.

O autuado, por meio do seu contador com procuração à fl. 22, apresentou impugnação à fl. 21, alegando que se trata de autuação indevida, cujos débitos foram recolhidos sob o código 0791 (Diferença de Alíquota) constante do livro Registro de Apuração do ICMS no campo débitos fiscais. Diz que, conforme intimação datada de 12/07/2007, realizada pelo Auditor Fiscal Paulo Nogueira da Gama, a empresa atendeu a todos os itens da intimação, e está anexando ao PAF cópia do relatório de pagamentos, ficando à disposição para qualquer esclarecimento.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 35 dos autos, diz que analisou atentamente as alegações defensivas, concluindo pela improcedência da autuação, uma vez que os valores supostamente devidos se referem à “Complementação de Alíquota – uso/consumo Ativo Fixo”, que já foram recolhidos. Conclui que o presente Auto de Infração é improcedente.

VOTO

O presente Auto de Infração trata de recolhimento do ICMS efetuado a menos, em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro RAICMS, no período de julho de 2004 a outubro de 2005, conforme demonstrativo de 07 do PAF.

O autuado alega que as diferenças apuradas foram recolhidas, conforme extrato dos pagamentos realizados que acostou ao PAF. Por sua vez, o autuante acata as alegações defensivas, informando que os valores supostamente devidos se referem à “Complementação de Alíquota – uso/consumo Ativo Fixo”, que já foram recolhidos, por isso, o presente lançamento é improcedente.

Considerando que o autuado comprovou às fls. 24 a 26 do PAF o efetivo recolhimento dos valores apurados pelo autuante, são indevidas as diferenças indicadas no presente lançamento, por isso, concluo pela sua insubsistência.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração n° 272041.1133/07-1, lavrado contra **HOTÉIS E TURISMO CASA BLANCA LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de fevereiro de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR